



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**

**PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/09/2019

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Exposição em língua estrangeira

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Declaro aberta a 8ª audiência pública da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, para discutir e construir uma proposta que, efetivamente, inclua o público LGBTI+ nas mudanças urbanas da região.

Eu sou o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Foram convidados representantes de diversas entidades, os quais terão o direito de expressar seu sentimento, suas sugestões. Convidei Giordano Magri e Noelia Presley, por favor, venham para perto.

Eu quero lhes apresentar um trabalho muito relevante, de enorme importância para a saúde da população que é feito há oito anos com essa viatura e uma equipe com quase 15 pessoas. Vou pedir seus nomes completos, por favor: Marilda Martins, Itagiba Cristiano Campos e Anália Silva Amorim.

Pois bem, há oito anos que esta equipe está trabalhando, sempre, aos finais de semana, no Largo do Arouche. Tem atendido de 70 a 80 pessoas a cada final de semana para prover a estas pessoas um exame para verificarem se têm algum tipo de doença, seja Aids, sífilis ou outras doenças congêneres.

Então, eu gostaria de pedir lhes que digam uma palavra sobre o trabalho que vocês fazem porque me parece muito importante.

**O SR. ITAGIBA CRISTIANO CAMPOS** – Esse trabalho aos domingos está dentro de um contexto do programa estadual de prevenção da DST-Aids. Fazer atividades de prevenção é a nossa intenção quando a gente vem aqui ajudar as pessoas. Se forem positivos, que descubram e comecem, imediatamente, o tratamento; se forem negativos, fiquem aliviados e se cuidem um pouco melhor.

**A SRA. ANÁLIA SILVA AMORIM** – Uma palavra: acolhimento. O nosso trabalho se baseia em acolhimento, acompanhamento e suporte às pessoas que precisam, sejam elas positivas ou negativas.

**A SRA. MARILDA MARTINS** – Boa tarde a todos. A nossa equipe atende aos domingos, a partir das 16h. Gostaríamos de convidar as pessoas que queiram fazer o teste de

HIV e Sífilis, passar pelo nosso atendimento. Para nós, é um espaço muito importante, pois o diagnóstico precoce é muito importante para que as pessoas possam se cuidar.

- Qualidade de som incompatível com a transcrição

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Boa tarde. Já estamos na Praça há 10 anos ofertando testagem de HIV. Hoje é imprescindível que as pessoas se testem. O mundo mudou. Hoje, o diagnóstico precoce – e é esse o trabalho que a gente faz, não é só entregar um resultado reagente, mas, sim, trabalhar o significado dele, o sentimento que gera para a pessoa, e fazer o encaminhamento para a rede de tratamento.

Hoje o tratamento não tem os efeitos colaterais que tinham antigamente. As pessoas que vivem alguns efeitos, são leves. As pessoas se tornam indetectáveis muito rápidos. Eu fiz um encaminhamento outro dia e encontrei o rapaz que já está tomando antirretroviral e em dois meses ele já está indetectável e é isso que a gente quer. O indetectável não transmite o HIV por via sexual.

E também São Paulo, Brasil, está junto com a Organização Mundial de Saúde em uma meta 90/90 fazer com que a população mundial até 2030 que tenha tido acesso ao HIV esteja em tratamento e seja indetectável, não transmitindo o HIV e sendo feliz. Hoje é possível viver sem Aids.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem. Amanda pelo microfone.

**A SRA. AMANDA** – Eu não tenho sintomas da Aids e eu tomo coquetel, eu não sinto nada sobre o meu corpo. Eu tenho Aids e eu queria descobrir uma vacina. Ela elimina 97 dos vírus e 60, você descobrirá com a idade. Se você quer a vacina, são três doses da ABC e ela tira os 97 o vírus, sintomas de enfraquecimento do corpo.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Amanda.

Vou pedir ao Hércio de Souza Beuclair, que está nos ajudando na organização

deste evento, para aqui agora o procedimento e em seguida vamos dar a palavra às diversas representações.

**O SR. HÉLCIO DE SOUZA BEUCLAIR** – Eu queria convidar todos que são integrantes do Coletivo Arouchianos para vir aqui comigo, por favor. Eu não trabalho sozinho, eu trabalho em coletivo.

Desde 2017 estamos em uma batalha com o poder público, o Executivo, para tentar manter e dar visibilidade a tudo que acontece aqui na região do Arouche. Vocês vão ver no decorrer desta audiência pública que há mais de 60 anos esta região é ocupada pela comunidade LGBT.

O Coletivo Arouchianos foi fundado em 2016, em 3 de abril de 2016, e nós temos três objetivos a cumprir dentro da praça: o primeiro objetivo é garantir a visibilidade da ocupação histórica LGBT na região; além de garantir a visibilidade, queremos garantir que essa ocupação continue acontecendo aqui da região; e o terceiro objetivo, é que nós teremos que o Largo do Arouche seja reconhecido como Patrimônio Histórico Imaterial voltado para o público LGBT e haja políticas públicas voltadas para LGBTs mais vulneráveis, nas questões de saúde, que haja o fomento do turismo, da economia na região que seja voltado para o público LGBT.

Em 2017, o ex-prefeito e atual Governador João Doria veio junto com o Cônsul-Geral da França querer transformar região do Arouche em uma pequena Paris, um bulevar francês. Fizemos resistência. Por quê? Porque não aceitamos migalhas dos poderosos. Essa região, como eu disse, é ocupada pela comunidade que gasta rios e rios de dinheiro.

A cidade de São Paulo tem a maior parada do orgulho LGBT do mundo, essa parada é o segundo evento que mais traz dinheiro para a cidade de São Paulo. Ao invés disso, o PSDB, que está manchando a sua história, mais uma vez, porque tenho de reconhecer que o PSDB criou a Lei 10.948 que criminaliza a LGBTfobia no Estado de São Paulo e o governo do PSDB também criou a primeira a Coordenação Municipal Estadual LGBT, isso tem que ser reconhecido, mas o PSDB está manchando a sua história ao querer transformar a região do Largo do Arouche em uma *petit Pari*. Nenhum turista, ex-prefeito e atual Governador, e atual

Prefeito Bruno Covas e Doria, vai querer vir à São Paulo para ver a pequena Paris, mas se o senhor fomentar turismo, o senhor tem como exemplo Tel Aviv, Rua Christopher, em Nova Iorque; Rua Castro, em São Francisco; e o próprio bairro Marais, em Paris, como bairros LGBTs, com estrutura LGBT, com reconhecimento do Estado e ganhando muito as prefeituras, o estado e aquele País. É uma vergonha que esse projeto que está com uma bolha política e pública de afrancesar a região do Arouche se mantenha tanto que a obra está paralisada, mas a gente vai falar sobre isso no decorrer do babado.

Para encerrar minha fala, queria agradecer a todos, todas e todos que não estão todos aqui integrantes do Coletivo Arouchianos, aos parceiros, Instituto Pólis, aos parceiros Bruno Puccinelli, Repep, juntos criando uma frente pela reforma da praça, que a gente quer que aconteça, mas e também seja defendida a ocupação histórica LGBT na região.

Muito obrigado. Vereador, o senhor está fazendo assim como as três trans que trabalham no seu gabinete e os funcionários do seu gabinete junto conosco, a comunidade interessada, está fazendo história no Brasil. Nunca uma Casa Legislativa, na história do Brasil, veio a um espaço público para falar sobre territorialidade LGBT. Uma salva de palmas para todos nós que participamos desse momento histórico na história do Brasil. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Hécio. Para mim constitui uma responsabilidade, é um dever. Inclusive quando era o Secretário de Direitos Humanos, do então Prefeito Fernando Haddad, tínhamos como uma das 13 Coordenadorias, está aqui presente inclusive o Giordano Magri, que foi meu chefe de gabinete, como de políticas para crianças, para adolescentes, para os idosos, para população em situação de rua, para os imigrantes, para o ensino de direitos humanos, para prevenir o trabalho escravo, para o trabalho decente e, dentre outros, a coordenação de políticas para a população LGBT. Foi ali que desenvolvemos o projeto Transcidadania que tantos resultados positivos trouxe.

Gostaria de dizer que avalie que no meu gabinete seria importante em uma equipe de 18, 20 pessoas haver ali a oportunidade para que houvesse maior equidade entre mulheres e homens, mas para compensar um pouco que nos demais gabinetes têm muito mais homens

do que mulheres; no meu, há bem mais mulheres do que homens e, dentre elas, três trans. A Noelia Presley é uma daquelas que está aqui para me ajudar junto com o Giordano, mas eu quero que fiquem por perto, porque eu tenho que perguntar para vocês e vocês ficam longe. Também está aqui Juliano, por favor, de estar aqui perto para colaborar.

Está aberta a palavra. Gostaria de convidar a Tama Savaget, do Instituto Pólis.

**A SRA. TAMA SAVAGET** – Obrigada, boa tarde a todas, todos e todes. Sou do Instituto Pólis, que é uma organização da sociedade civil que há mais de 30 anos trabalha com as temáticas urbanas e nós atuamos na construção de cidades mais justas e sustentáveis, em diferentes áreas e através de diferentes ações.

Defendemos e lutamos pelo direito à Cidade e o direito à Cidade é um direito humano coletivo de todas as pessoas de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar de forma equitativa das cidades justas, inclusivas, seguras e democráticas e ambientalmente responsáveis.

Entendemos que a Cidade deva ser pensada como um bem comum, essencial à vida plena e digna de todas e todos. O direito à cidade impõe um compromisso ético e político com a defesa da vida, dos bens comuns em oposição à mercantilização dos territórios e das pessoas.

Foi através dessa luta que a gente conheceu o trabalho dos Arouchianos e, em conjunto com a Repep e outras instituições, formamos uma frente que é para construção de um plano popular para o Arouche, porque nós entendemos que o Largo do Arouche é, historicamente, um local de encontro, sociabilidade e lazer da população LGBTQ+.

O projeto de requalificação do espaço promovido pela gestão municipal em parceria com empresas privadas, que é o que está acontecendo aqui no momento, desconsiderou esses usos e ocupações já existentes, também não houve participação popular no desenvolvimento do projeto de reforma. Todos sabemos que é fundamental quando se vai construir um espaço público, que toda a população participe e possa pensar coletivamente o que queremos e como queremos esse espaço.

É importante lembrar também que o projeto de requalificação da praça está totalmente conectado com o processo de gentrificação, que está galopante no Centro da Cidade e que, no futuro, com certeza, vai expulsar as populações mais vulneráveis. Então precisamos pensar em um projeto que também pense nessa inclusão e como não expulsar a população que já habita ou que usa o espaço.

É importante lembrar também que eu Largo do Arouche não sei limita a esse espaço que estamos aqui. Ele vai até o Minhocão e também envolve todo um entorno que também não foi pensado no projeto. Consideramos que agora com a obra parada temos uma oportunidade de pensar o Largo do Arouche com todas essas dimensões e não só um projeto de requalificação que vai beneficiar só uma pequena parcela da população.

Como proposta, pensando no espaço e na obra embargada, a gente acha que como não houve esse processo participativo de fato, talvez agora seja um bom momento para que se abra o orçamento da obra e que a gente possa construir coletivamente o que queremos para esse espaço.

Agora estamos conversando com outras organizações e esse processo de construir um plano popular para o Arouche que vai englobar todas essas dimensões que foram deixadas de fora nesse projeto.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Tama, por sua consideração e sobretudo também pela proposta também de agora de diversas entidades como o Instituto Polis e outros estarão dispostos a estar colaborando com a Prefeitura em um projeto que toda a comunidade possa estar influenciando as suas decisões.

Bruno Portinele, antropólogo, por favor, para sua contribuição.

**O SR. BRUNO PUCCINELLI** - Boa tarde a todas, todos, todes. Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy, obrigado Hélcio, obrigado Arouchianos, Repep e Pólis pela proposta que a gente tem pensado e construído de forma coletiva pensando, principalmente, no aspecto mais invasivo, que tem acontecido na reforma aqui do Arouche, que é justamente não ter de fato

conversado com as pessoas que moram e frequentam e até com os comerciantes da praça.

Mas eu estou aqui para falar um pouco de um processo histórico mais amplo, que baseia um pouco o modo como a gente tem pensado um projeto de fato popular, discutido com a população que historicamente está na região central, em especial no Largo do Arouche.

Sou antropólogo, dou Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp; tenho trabalhado com a presença da população LGBT na região central de São Paulo há mais ou menos 10 anos. Meu doutorado teve foco específico no Arouche, especialmente como o mercado imobiliário estava se apropriando de certo discurso que tentava se aproximar dessa população, mas, ao mesmo, de certo tipo de população LGBT: gay, branca, de classe média, e não necessariamente das pessoas que historicamente frequentam o Arouche.

Quando pensamos que esse é um lugar de presença histórica LGBT na cidade de São Paulo – e, portanto, deve ser pensado a partir dessa presença, as interferências que serão feitas no Largo do Arouche -, temos documentos que datam pelo menos das décadas de 40 e 50, de lugares de frequência LGBT no Arouche, especialmente, como a Tama falou, no Arouche, mas também nos arredores, no que ficou conhecido como um setor de diversão e de lazer, nessa época em que a Cidade crescia bastante. Então, temos que ter em mente que a Cidade daquela época não é necessariamente a Cidade de agora. Já temos registros do que chamaríamos hoje de população LGBT ou gay, presente no centro da Cidade, em especial no cruzamento da Ipiranga com a São João, que é tão conhecido fora da cidade de São Paulo.

Essa presença, que começa a ser registrada nesse momento, nunca deixou de existir. Os períodos históricos têm diferentes tipos de ocupações. O Arouche é marcado por uma presença menos popular, num determinado momento – décadas de 60 e 70 -; não necessariamente são pessoas das classes mais baixas que estão aqui, mas já há presença que marca a região como local de circulação. Há documentários, há livros, há estudos, além dos meus, que retratam um pouco esse contexto de constituição de um lugar de identificação, da constituição de um lugar de referência. Há um texto muito bom – só para citar um autor, sem querer ser muito acadêmico -, do antropólogo Edward MacRae, em que ele fala que na região



central e especial no Largo do Arouche, em 1981, você podia ver homens andando de mãos dadas ou até se beijando, algo que hoje pensaríamos até ser estranho de imaginar. No começo da década de 80 – que viveu ainda um resto de repressão local muito forte por parte do governo Paulo Maluf e também a Operação Tarântula, de repressão às travestis, aos homens gays, às pessoas que circulavam pelo centro, aos moradores de rua -, havia essa presença muito forte.

Só quero marcar muito rapidamente, para que tivéssemos isto em mente: essa presença diminuiu ao longo da década de 80 por causa – dentre outros fatores - da repressão do Estado e também por causa do impacto da epidemia de HIV nessa população. Muitos preconceitos começam a ser construídos para perseguir um determinado recorte populacional: “peste gay”, “câncer gay”, que hoje ainda são ideias que circulam de forma geral sobre essa população, mantendo-a ainda marginalizada. Ao longo da década de 90, várias iniciativas de militância e de organização do ativismo vão se constituindo, e esse lugar passa a ser um lugar de referência para as classes mais populares, que é a forma como tem sido reconhecida até hoje.

Agora, falando um pouco do ponto de vista do Bruno pessoa, do Bruno que é gay, é bicha, é viado, mas também do Bruno pesquisador, desde que eu comecei a sair na Cidade, esse foi um dos lugares de referência para a minha vida. Ainda é um lugar de referência para a minha vida. Quando comecei a me interessar por fazer pesquisa, esse também era um lugar de referência para mim; um lugar de referência e de interesse para entender como a dinâmica da presença LGBT na cidade de São Paulo tem se constituído e mudado ao longo da história, mas, ao mesmo tempo, e apesar das mudanças, esse ainda é um lugar em que essa população está. Por diferentes motivos, esse é um lugar de referência para essa população. Mais recentemente, nos últimos 20 anos, esse lugar se constituiu como um lugar de referência para a população mais pobre, negra e das periferias.

Para reforçar um pouco a fala da Tama e lançar alguns pontos para podermos discutir o que está acontecendo agora é que esse lugar de referência tem sido atacado no

sentido de que o projeto não dialoga com essas pessoas; pelo contrário: é um projeto que vem de cima para baixo, sem diálogo com as pessoas que frequentam essa região. É um projeto que inicialmente propunha coisas que não interessam para as pessoas que moram, que têm comércio ou que frequentam essa região, como a ideia de colocar um café no meio da praça. Se olharmos o entorno da praça, não há necessidade de haver um café, porque o que não faltam por aqui são cafés. Se você quer tomar um café, você pode procurar desde o mais barato, da esquina, até o que abriu recentemente, um pouco mais caro. A proposta não é para a população que está aqui, não é para a população que frequenta. A proposta original nunca foi para as pessoas que estavam aqui. Os proponentes, o Poder Público e a Municipalidade impuseram um projeto que não dialoga com as pessoas que estão aqui; não dialoga com o processo histórico dessa região; não dialoga com a presença popular, negra, periférica e LGBT dessa região, dos últimos 20 anos.

— Acho importante apontar isso, porque quando falamos de memória, de reconhecimento de uma territorialidade em torno de certa memória LGBT, é porque isso tem se constituído de diferentes formas, ao longo dos últimos 50 ou 60 anos e ao longo dos últimos 20 anos de uma forma muito específica, mas que deve ser defendida porque justamente se trata da população que é expulsa em processos de intervenção urbana.

Encerro aqui, e dialogaremos ao longo da audiência pública. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem, Bruno. Quero dizer do respeito que eu, como Vereador, nutro por você. Todas as pessoas que estão pensando no Largo do Arouche devem considerar o respeito à população tradicional, que há anos frequenta a região, e a possibilidade de dialogar com ela. Seus argumentos são muito fortes. Quando você mencionou as expressões que são usadas para se referir a você, se me permite, lembrei daquilo que o Papa Francisco disse na sua entrevista, quando voltava do Brasil para o Vaticano. Perguntaram-lhe sobre o que ele achava de uma pessoa homossexual, gay, e ele respondeu: “Se uma pessoa homossexual ama a Deus e respeita o próximo, quem sou eu para julgá-la?”. Achei que essa breve afirmação do Papa Francisco, de respeito pelas

pessoas, foi muito importante, por isso eu a cito. Um abraço a você.

**O SR. BRUNO PUCCINELLI** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Chamo a próxima inscrita, Camila Furchi, assessora da Vereadora Juliana Cardoso. Seja bem-vinda.

**A SRA. CAMILA CRISTINA FURCHI** – Obrigada. Boa tarde a todas, todos e todes. Agradeço a oportunidade de estar aqui e refletir um pouquinho sobre esse processo, que não é um evento isolado desta gestão, seja do ponto de vista da ausência de diálogo, como o Bruno mencionou, em relação às propostas, que vêm de cima, de cabeças iluminadas, que são impostas a nós – e, neste caso específico, a quem ocupa a praça, a quem vive no entorno e para quem tem comércio aqui.

Cabe lembrar que esta é uma oportunidade que a população LGBT tem de discutir a questão da ocupação do espaço e a ocupação da Cidade de uma perspectiva que não seja meramente a do consumo. Sabemos o quanto para nós o preconceito, a discriminação, a violência acabam fazendo com que a gente não se dê conta de quantas vezes nos colocamos em guetos ou sociabilizamos por meio de baladas ou lugares onde o consumo necessariamente está posto; e de como o Largo do Arouche representa não só um espaço de resistência e de legado histórico da nossa presença na Cidade, mas também outra forma de conviver, de sociabilizar. É claro que é uma forma que acaba sendo imposta muito pela necessidade ou pelas limitações materiais. Lembro que os meninos e as meninas que vêm para cá – cis ou transgêneros -, vêm muitas vezes fugindo, se distanciando de seus locais de moradia, afastando-se da violência e da opressão que vivemos por ser LGBT, ainda mais num momento de tanta exaltação do ódio e da intolerância.

Quero dizer o quanto a oportunidade desta audiência pública é necessária e o quanto precisamos, como LGBTs, discutir a Cidade de uma forma; discutir a sociabilidade que não passa pelo consumo e por que nós, algumas vezes, nos colocamos em guetos. Temos que discutir como nós também temos direito de usufruir dos espaços da Cidade sem sentirmos medo e sem sermos excluídos e excluídas.

Olhamos para o que está acontecendo aqui na praça e lembramos do quanto essa gestão tem sido, na nossa opinião, medíocre do ponto de vista de políticas LGBT. Do ponto de vista da gestão dos serviços e dos programas existentes, essa gestão vai contra um legado que foi sendo construído e, sem dúvida alguma, potencializado na gestão anterior, na forma do programa Transcidadania, da criação dos Centros, do envolvimento da Coordenação com outras Secretarias que também lidam com a população LGBT, como a SMADS, a Secretaria de Saúde *etc.*. Enfim, me refiro a uma série de iniciativas que são importantes, mas, muitas vezes, ficam inviabilizadas para nós. Isso mostra o quanto essa gestão perde de oportunidade de consolidar de fato a cidade de São Paulo como uma cidade modelo no que se refere às políticas LGBT e o quanto, lamentavelmente, segue se negando a dialogar, se negando a ouvir as pessoas que frequentam que o Coletivo Arouchianos faz; sem dúvida nenhuma, um trabalho muito importante. Às vezes, não nos damos conta o quanto conversar com um menino ou menina jovem LGBT pode ser importante do ponto de vista de pensar a redução de danos, sobre a questão desse novo *boom* do HIV, que não pode ser ignorado, e o quanto essa remodelação sem discussão com essa população impede que trabalhos como o do Coletivo Arouchianos sigam sendo feitos.

Temos a impressão de que ações como essa, que inviabilizam esse trabalho, são conscientes. Ações como essa visam a higienização, o afastamento, a separação, a não compreensão de que a Cidade é um produto das nossas vidas, das nossas relações e da ocupação que fazemos do espaço.

Por isso, vida longa ao Coletivo Arouchianos! Vida longa ao Largo do Arouche e que este seja mais um espaço para que possamos discutir coletivamente a apropriação deste e de outros espaços da Cidade do ponto de vista LGBT, num outro marco, que não seja o do consumo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Camila.

É muito importante essa sua visão de que todos devem ter o direito de participar do destino do Largo do Arouche, especialmente a população que tradicionalmente tem nos

visitado.

Quero informar aquelas pessoa que querem usar a palavra que devem se inscrever com o Jordano Magri. Aproveito para agradecer à Monica e a toda sua equipe, que têm colaborado para o êxito deste encontro.

Tem a palavra a Mariana, representante da Rede Paulista de Educação Patrimonial.

**A SRA. MARIANA KIMIE DA SILVA NITO** – Faço parte da Rede Paulista de Educação Patrimonial, a Repep, uma rede voluntária de profissionais da área da cultura e da educação que, juntos, vem discutindo outro tipo de patrimônio, que não é feito só de monumentos, de belas artes, mas que está ligado ao cotidiano, à identidade e à memória das pessoas.

Foi assim que, em 2015, começamos um trabalho sobre o inventário participativo do Minhocão contra a gentrificação. Em todos esses processos e projetos que estão sendo feitos e implementados, a Prefeitura tem se esquecido dos usos tradicionais da população principalmente pobre e vulnerável do centro de São Paulo.

Por meio do nosso trabalho, começamos a fazer a identificação de algumas dessas referências culturais, que até então estavam sendo ignoradas nesse processo. Chegamos a levantar 45 referências culturais, entre elas também esse espaço da região do Arouche.

O inventário vem um pouco nesse sentido de pensarmos um patrimônio, a vida que tem a ver com esses espaços e o direito das pessoas de participarem na construção desses projetos e de dizerem o que elas querem para a Cidade que não seja somente parque ou só Petit Paris. Queremos reforma e requalificação dos espaços públicos, mas também queremos permanecer vivendo nesses espaços.

O Jaime vai falar um pouquinho das referências culturais que identificamos e que tem muito a ver com a região do Arouche e com a identidade LGBT.

**O SR. JAIME SOLARES CARMONA** – O Largo do Arouche é reconhecido como um lugar histórico de memória e vivência LGBT, como destacaram o Bruno e outros. Mas há

vários aspectos ligados especificamente à cultura LGBT que passam pelo Largo do Arouche e região que também identificamos como referência cultural para a população, como, por exemplo, o pajubá, que é uma maneira de se comunicar muito usada por trans e travestis da região da República e cuja matriz linguística está ligada a uma cultura iorubá da África. Essa linguagem, além de uma maneira de resistência, é também de identidade. Identificamos isso como cultura e, como tal, deve ser preservado e valorizado.

O termo *drag* também é identificado como outra maneira de se expressar e também é um saber, porque, quando a pessoa se monta para uma *performance*, ela está aprendendo aquilo com alguém, seja com a mãe e com as amigas ou por meio de um vídeo. Inclusive ela está muito presente não só na cultura gay, mas na cultura LGBT como um todo. Lembrando que há a *drag queen* e a *drag king*. Enfim, é uma maneira de transpor, por exemplo, os limites e as barreiras entre o gênero e a sexualidade.

Também há o Circuito de Encontros, mas é algo um pouco mais abstrato. Identificamos uma série de lugares, de estabelecimentos ligados à cultura LGBT e à prática da sexualidade como um todo que estão relacionados ao circuito do Arouche, como saunas, boates, bares, *sex shops* e outros comércios. De todo esse tipo de atividade, a pessoa pode participar no processo. Então, ela vai a um barzinho antes de ir para uma festa, ela passa no Arouche; depois, na virada, ela vai à sauna, etc.

Tudo isso faz parte de um saber circular na Cidade que achamos que é muito importante ser identificado.

Sobre a questão que a Mari abordou, o patrimônio não como aquilo que é bonito ou aquilo que uma pessoa, de cima para baixo, diz que merece ser valorizado, entendemos que as pessoas identificam essas referências são intérpretes da sua própria cultura. Por isso é um inventário participativo, e nosso trabalho vai muito nesse sentido de tentar articular e dar voz a formas e expressões culturais que, até então, foram, de alguma maneira, silenciadas pela narrativa tradicional, como o projeto que está acontecendo no Largo do Arouche.

**A SRA. MARIANA KIMIE DA SILVA NITO** – Complementando, entre o final de

dezembro e início de janeiro, vamos dar início a um processo de inventário participativo específico para a região do Arouche. Vamos aprofundar um pouco o estudo e vamos nos focar nesse lugar e nessas disputas, muito com o olhar da população que frequenta esse espaço.

Convido todos a participarem desse projeto, que será realizado conjuntamente com o pessoal do Instituto Polis, com o do Coletivo Arouchianos e com o de outras entidades, que vai elaborar um plano popular para o Arouche que vai transformar esse espaço a fim de que ele também seja nosso.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado. Parabéns aos representantes da Repep.

Tem a palavra a Nicolle Mahier, da ABGLT.

**A SRA. NICOLLE MAHIER** – Primeiramente, boa tarde a todas, todos e todes. Quero dizer que é muito importante nós estarmos neste espaço discutindo, neste momento, a respeito da revitalização do Largo do Arouche. Apesar de estar falando como representante da ABGLT, também falo como moradora da região do Largo do Arouche.

As políticas públicas voltadas ao LGBT hoje na cidade de São Paulo são apenas retrocessos, como os verificados no Programa Transcidadania e nos Centros de Cidadania. Conseguimos perceber um constante aumento do que o Poder Público faz com os impostos e tributos gerados pelo consumo dessa população, além da negligência na conversação e no diálogo.

A grande problemática que envolve a reforma do Largo do Arouche é o fato de não haver uma conversa com a população LGBT que reside naquele espaço, não apenas de forma fixa, mas de forma passageira, além do constante retrocesso de não se querer que as pessoas estejam naquele espaço, de não se querer que elas façam uma participação ativa como membros da sociedade civil na discussão desse processo de revitalização.

O que eu percebo como moradora é que, antes da reforma, o processo que a Prefeitura deseja que aconteça é que as pessoas deixem de utilizar esse espaço e que elas

simplesmente – vou utilizar um termo bem pejorativo –, como ratos, sumam para os guetos e para os cantos. E é isso que acontece.

Hoje em dia não vemos mais aquele número de pessoas LGBT transitando aqui por esta região, seja de outras regiões da cidade de São Paulo, seja também da região Central. Pego muito uma fala do que a Camila traz para a gente, que é do que esse entorno gera de cultura para a nossa sociedade. Falo isso porque nós temos diversos estabelecimentos comerciais ao nosso ao nosso redor e a gente percebe o quanto é difícil o comprometimento com a questão da visibilidade LGBT. A gente pauta hoje tanto visibilidade dentro das novelas, dentro do teatro, dentro do cinema, dentro de diversas outras formas de expressão e a gente começa a perceber o quanto o próprio comércio também não traz essa representatividade. Quando a gente pega, por exemplo, e a gente chega em um espaço que não tem uma bandeira nossa, o quanto é acolhedor ver que nós somos respeitadas e respeitados dentro desses espaços.

A grande problemática também vem por um processo de um Poder Público que tratora. Ele, simplesmente, tratora a sociedade civil que está dizendo: nós queremos conversar a respeito do que é mais viável para a nossa população, que faz uso desse espaço dentro desse determinado período. Essas pessoas vêm aqui para viver o que não conseguem viver, em sua grande maioria, nas suas regiões pelo número de violência, de criminalidade e pela rejeição da sociedade dessa região local e das suas famílias, também. Por isso essas pessoas vêm para esse espaço. Enquanto essas pessoas fazem esse trânsito para utilizar desse espaço, mostra o quanto se faz interessante a ocupação do mesmo. Mas a partir do momento que a gente faz esse processo de infraestrutura, que a gente para esse processo de reestruturação e que as pessoas são impedidas, porque não é que tem impedimento, tipo botamos barreiras, a barreira ela é social: Olha, não temos mais os bancos aqui porque estou em processo de reestruturação. Será que é só por isso? São essas questões que não foram discutidas. Por que as pessoas não têm, por exemplo, outros espaços? Porque isso não terminou? E aí as pessoas trazem o seguinte questionamento: o Poder Público: Ah, estamos



utilizando para essa reforma o financiamento privado, não é o financiamento público. E eu me pergunto e trago esse questionamento: por que não o financiamento público? Qual é a dificuldade de utilizar do dinheiro que nós recolhemos? Eu vi que a minha amiga ali chegou com um Corote na mão. Até o Corote que a nossa amiga está tomando, é consumo. Dali é coletado um tributo, até o dinheiro que você paga na sauna é coletado um tributo. Tudo o que você paga é coletado um tributo. Qual que é o problema com o nosso dinheiro? Exato! Qual que é o problema do nosso tributo?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. NICOLLE MAHIER** – Exatamente, meu amor. Então, qualquer tipo de violência é proibido: homofobia, transfobia; e isso é uma coisa que acontece muito aqui.

E a gente tem um caso aqui, específico do Lago do Arouche. A gente tinha um policial que trabalhava aqui nessa região, que era um bom policial, e eu vou trazer um relato meu de vida. Tem um policial que trabalhava aqui na base, que é o Cabo Américo. E ele sempre respeitou todo mundo, fez um trabalho muito bom e em um belo dia à noite, eu estava dormindo, vi uma briga aqui na rua. Eram três homens com garrafa de vidro, era de madrugada, não tinha ninguém na rua, eles estavam dispersando as pessoas e o rapaz ia para cima desse policial, do Cabo Américo. Ele estava com cassetete, ele podia usar da violência, no meio da madrugada sem ninguém ver, mas ele simplesmente falava: - não dava para ouvir, mas percebia seus gestos – olha, vai embora, não fica aqui... Então é disso que a gente precisa.

A gente precisa de pessoas que sejam comprometidas com a nossa causa, mas acima de tudo, que gerem segurança pública não só para essa comunidade que faz uso de maneira periódica, mas também da comunidade que reside na região. O que a gente quer não é parar com essa reestruturação. A gente quer uma reestruturação que seja para nossa população, verificando, principalmente, as nossas pautas e as nossas demandas; e que sejam acessíveis e que todas as pessoas LGBT da cidade de São Paulo, da grande São Paulo e de outros Estados possam utilizar esse espaço.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Nicolle Mahier. É tão importante esse seu depoimento sobre o respeito das pessoas responsáveis pela segurança, por cada pessoa, inclusive para população em situação de rua.

Chamamos agora André Lucas, que representa a população em situação de rua. Faça o favor.

**O SR. ANDRÉ LUCAS** – Primeiramente, quero agradecer a iniciativa do senhor, Vereador, por essa reunião que está acontecendo hoje. Como o Hércio falou mais cedo, é uma coisa histórica o que está acontecendo aqui hoje.

E boa tarde a todos, todas e todes. Primeiramente vou fazer uma breve apresentação: me chamo André Lucas, sou membro participativo do Comitê POP Rua, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo.

Essa região é ocupada, historicamente, pela população LGB+, vulnerável, por ser um refúgio da discriminação e do preconceito, ou seja, como se fosse uma ilha da esperança - como foi falado mais cedo.

Gostaria também de falar que eu sou um *gay*, na comunidade LGBT, vulnerável. Fiquei durante um ano e meio em situação de rua, vulnerável. E essa região precisa ser reconhecida a visibilidade do vulnerável, porque se hoje eu estou aqui vivo, falando com vocês, é graças a essa região. Eu vivi em situação de um ano e meio. Fiquei em vários lugares da Cidade, do Centro de São Paulo: na Praça Patriarca, na Praça da Sé, no Vale do Anhangabaú, na Praça Roosevelt e em todos esses lugares eu sofri preconceito. Tenho três costelas quebradas por causa desse preconceito e a última vez em que fui agredido – quando me quebraram as três costelas -, as pessoas da maloca da região, disseram que ali não era o meu lugar e sim no Largo do Arouche. Que lugar de viado era no Lago do Arouche. E aqui vim, fui acolhido por todos, todos me abraçaram e aqui que eu me sinto à vontade. Eu só quero ser o que eu sou. Entendeu?

E por isso que eu faço uma reivindicação ao senhor, Vereador: o senhor tem poder

na Câmara, que olhe pela pessoa vulnerável: negro da periferia, pelo morador de rua que frequenta esta praça, pelo morador do albergue que frequenta essa praça, porque esse projeto que está tentando invisibilizar a gente.

A ocupação desse território é historicamente pela população LGBT vulnerável. É o pobre, não é a pessoa branca da elite. Sou branco, mas sou vulnerável. Não sou aceito em outras regiões que é reconhecido também como um lugar LGBT. Se eu for na Rua Frei Caneca, na Rua Augusta, eu sou excluído. Não sou visibilizado naquela região, porque não sou bem quisto naquela região, porque eu sou uma pessoa vulnerável. Então eu faço essa reivindicação ao senhor: olhe pela gente lá na Câmara e para essa população vulnerável.

Para terminar a minha fala, gostaria de deixar uma frase de uma mulher trans, que é socióloga: “Vergonhoso é o preconceito. Feio é a intolerância. Anormal é a falta de sensibilidade e compreensão. Enquanto a sociedade insistir em julgar os tipos de relações amorosas e de gêneros sexuais, não podemos nos considerar num mundo evoluído...”  
Fernanda Fernandes.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem, André. Obrigado pelo seu depoimento. O seu testemunho é muito importante para o conhecimento de todos nós e quero lhe dizer que tramita na Câmara Municipal um projeto de lei sobre a população em situação de rua que procura garantir o direito de ser respeitado em qualquer lugar que seja da Cidade. Um projeto de lei que, inclusive, teve a colaboração do Comitê da População em Situação de Rua. Está bem?

Quero agora chamar o Dimitri Sales, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Seja muito bem-vindo. (Palmas)

**O SR. DIMITRI SALES** – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos Certa feita, Suplicy, eu estava em uma Cidade do interior da Bahia e dizia para o Secretário da Prefeitura que a Cidade, a Prefeitura, tem de cuidar da sexualidade das pessoas. Que o sexo tem que ser uma questão de política pública. E ele ficou assustado. Eu dizia: uma cidade que não respeita o

nome social de travestis e transexuais, uma cidade que não respeita e permite que seus estabelecimentos comerciais descumpram ou desrespeitem os direitos da população LGBT, não é uma cidade que cuida da vida sexual das pessoas, porque a sexualidade é tomada como pressuposto para negar direitos. E dizia mais, uma cidade que não cuida dos espaços desta população, é uma cidade que não se preocupa com a sexualidade das pessoas, mais uma vez sendo essa sexualidade o elemento que impulsiona o ódio, a discriminação.

Não adianta a gente falar de cultura de paz, não adianta a gente falar de respeito, não adianta falar de tolerância, sendo que no centro do Poder Público não há uma preocupação com sujeitos que se constituem também pela sua sexualidade. O que a gente está vendo aqui em São Paulo, é uma medida que se repercute no resto do País, é uma opção do Poder Público em escolher aqueles que terão ou aqueles que não terão direitos a ter direitos, aqueles não terão direitos a serem protegidos pelo Estado, aqueles que são escolhidos como não sujeitos.

A gente tem visto avançar no Brasil discursos e práticas que fazem uma espécie de um filtro moral e que definem, por exemplo, aqueles que moralmente devem ser protegidos e aqueles que não passam por aquele filtro moral, não devem ser protegidos e mais do que isso, uma vez alvo de toda a discriminação, o Estado não se responsabiliza em investigar e punir aqueles que cometem violência de Direitos Humanos.

No fundo, a Prefeitura de São Paulo, o Governo do Estado, a Presidência da República e outros Governos e outras Prefeituras se tornam protagonistas de um processo de violação de Direitos Humanos da população LGBT. A gente vê Câmara de Vereadores apresentando projetos de lei dos mais absurdos, que não cumprem a mínima atenção ao direito; projetos de lei que proíbem discutir identidade de gêneros; e a gente vê na cidade de São Paulo, Suplicy, a Prefeitura empreendendo um empreendimento que se volta ao interesse privado, financiado pelo interesse privado, contra uma determinada população específica, que é essa população considerada de não direitos.

O que acontece aqui no Largo do Arouche, historicamente, é que esse se tornou

um espaço de produção de uma identidade cultural, de um reconhecimento identitário, que serve tanto para afirmar a nossa identidade, nos encorajar com a nossa sexualidade, mas também para nos proteger.

Há muitos anos, por volta de 2006/2007, aconteciam aqui vários assaltos. Chegamos ao então Secretário de Segurança à época e dizíamos: não é apenas a prática do crime do roubo, mas é também uma homofobia clara. Na medida em que esse é um espaço em que pessoas vulnerabilizadas frequentam para se identificarem, se reconhecerem, criarem laços afetivos, fortalecerem as suas singularidades como sujeitos LGBT. As pessoas quando vão assaltar a população que frequentam o Arouche não vão tão somente buscar o seu celular ou tentar roubar o relógio, mas vão pela vulnerabilidade. E quando o então Secretário, à época, reconheceu esse elemento de sociabilidade que unifica as pessoas que se fazem presentes, garantiu que ficasse uma base da Polícia Militar, que de 2006 até os últimos dias, esteve presente aqui no Largo do Arouche uma base fixa para tentar garantir alguma proteção.

No momento em que estamos vivendo esses elementos, reconhecimento de direitos das nossas singularidades, das nossas dignidades, não serve mais para garantir nenhum tipo de freio a uma administração que busca há muito tempo limpar a Cidade. É uma política higienista. É uma política que ataca ferozmente a população da cracolândia. E é uma política que, embora não tenha o mesmo ataque que se tem na cracolândia, simbolicamente, ataca vilmente a nossa população, quando tenta tornar esse um espaço limpo, um espaço higiênico, ou seja, livre dos não sujeitos de direitos, livre dos indesejados.

A luta que nós estamos travando hoje é uma luta em favor da democracia, porque pressupõe a participação de todos nós, cidadãos LGBT no espaço público, no espaço da coletividade, mas é, sobretudo, uma luta para salvaguardar a nossa dignidade e os nossos direitos. É uma luta de resistência que não se impõe tão somente porque somos cidadãos porque pagamos os nossos deveres e nossos impostos. Esse é um discurso que me incomoda, Suplicy. Sou cidadão porque eu pago imposto. Não é verdade. Eu posso não pagar o meu imposto e continuarei sendo cidadão. O que me torna cidadão é a minha qualidade de sujeito

de direitos e assim a luta que estamos travando aqui no Largo do Arouche é também uma luta para preservar a minha e a nossa cidadania, como sujeito de direitos. Sujeitos que se impõem, também, pela sua orientação sexual e pela sua identidade de gênero; que se impõe ao Poder Público e que deve vencer essa batalha, porque é uma luta não só para garantir esse espaço, como o espaço de sociabilidade, de construção de uma cultura própria, de criação de vínculos afetivos que nos tornam mais fortalecidos, mas também, para impedir o avanço de um fascismo que higieniza as nossas relações, que tenta nos colocar fora da sociedade. É contra isso que estamos lutando, resistindo para que nós possamos não apenas existir, mas estando presente, realizarmo-nos enquanto sujeitos plenos de direitos.

Por isso, força. Contem com o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Nós vamos, Hélcio, peticionar a Prefeitura para que apresente as justificativas do projeto. Vamos pressionar pelos meios institucionais, mas, sobretudo, pela nossa existência. Vamos pressionar para que essa batalha seja vencida por nós em favor da democracia e da nossa dignidade de sermos cidadãos LGBT. Muita força e vamos adiante à luta. Um grande abraço. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Dimitri Sales pelas suas proposições e inclusive essa iniciativa que queremos estar juntos. A Comissão de Direitos Humanos estará junto com você nessa iniciativa. Queria dizer que cada uma das sugestões aqui formuladas estão sendo anotadas.

Hoje à tarde está acontecendo, desde as 17 horas, uma homenagem ao nosso ex-Campeão Mundial de Pugilismo, Éder Jofre e eu fiquei de estar lá às 17 horas, mas eu vou chegar um pouco atrasado, mas antes que se conclua, eu preciso sair. Eu vou pedir à querida Noelia Presley, que está ao lado da Paloma, que continue dirigindo os trabalhos.

Todas as propostas anotadas estão sendo gravadas e vão ser consideradas pela conclusão de nossos trabalhos. Inclusive, eu agradeço muito ao trabalho da Mônica nesse sentido.

Agora, Tony Zagato, técnico do Condephaat.

Vou passar a palavra para a Noelia, por causa dessa emergência que eu preciso

atender.

Muito obrigado. Parabéns

**O SR. TONY ZAGATO** - Boa tarde a todos, todas e todes.

Como Vereador apresentou, eu sou técnico do Condephaat, sou arquiteto, concursado há 10 anos. Hoje estou aqui, na verdade, trazendo certa explicação a respeito do que foi a análise técnica do Condephaat, já que essa oportunidade da audiência pública era especial, para explicar as motivações e em quais perspectivas se pode atuar tecnicamente dentro de um órgão de patrimônio, quando nós estamos falando da intervenção num espaço público em processo de tombamento.

É um desafio para eu tentar resumir o que é esse trabalho que envolve o processo de tombamento do Condephaat no Largo do Arouche.

Antes de tudo, entender o que é uma análise técnica, como nós fazemos o nosso trabalho, uma vez que somos servidores públicos concursados no Condephaat. Nós estamos lá prestando um serviço público e, por essa razão, a população tem plena liberdade, no estado democrático de direito, de fazer as suas reivindicações, sobre o que considera o seu patrimônio cultural, como está previsto na Constituição Federal de 88, no artigo 216.

O que pressupõe fazer uma análise técnica? Levantar os fundamentos, dar uma justificativa. Nada do que qualquer técnico de patrimônio afirme, pode ser dito de forma subjetiva: “eu acho”, “eu suponho”. Não é isso. A nossa tem que ser fundamentada tecnicamente, porque além de técnicos especificamente sobre patrimônio nós somos servidores públicos. Por isso, nós estamos sob a cobrança, a fiscalização, a responsabilização de toda a sociedade. Não só os órgãos de controle como o Ministério Público, os mandatos, a Câmara enfim. O nosso trabalho é cumprir tecnicamente, a partir da subjetividade de cada espaço de patrimônio que é o largo do Arouche.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – O senhor me permite?

**O SR. TONY ZAGATO** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Normalmente, eu precisaria

até encerrar, mas eu vou, formalmente, dizer que o encerramento só se dará quando as pessoas que tiverem sugestões assinalarem todas.

Agradeço muito à equipe da TV Câmara e ao espaço Esponja que vão continuar fazendo a gravação de todas as sugestões e formulações.

Pode continuar.

**O SR. TONY ZAGATO** - Obrigado.

O que constitui o Largo do Arouche em relação ao tombamento? O que caracteriza e o que tá sendo analisado, neste momento, em relação à obra, ao projeto dessa intervenção no Largo do Arouche?

São sete dimensões que refletem os vários valores culturais que podem ser atribuídos ao Arouche. São valores estéticos, paisagísticos, urbanísticos, o desenho do Largo do Arouche é oriundo dos anos 30-40, do Plano de Avenidas do Prestes Maia, que reconfigurou toda essa região. O valor do Largo do Arouche está na massa arbórea, na permeabilidade, na presença dos monumentos, que são valores materiais, ou seja, estão associados a coisas que nós tocamos.

Mas os valores atribuíveis ao Largo do Arouche não são apenas as suas dimensões materiais, mas são também as práticas sociais, o que as pessoas fazem aqui no seu cotidiano, qual é a história de ocupação dos espaços, dentre outros.

Quando a gente pensa em tombamento e preservação do patrimônio, sempre buscamos saber quem usufrui desses lugares, pode não ser apenas um largo, mas pode ser uma casa, uma fábrica, uma estação de trem, tudo isso é passível de tombamento, pois tudo isso é patrimônio.

O Cine Belas Artes acho que pode ser um bom caso. Eu participei da instrução do tombamento, onde levantamos a questão da programação de um cinema específico. Não estava na materialidade do Cine Belas Artes, nem apenas naquela fachada. Da mesma forma, o Largo do Arouche não está necessariamente só nas árvores, no seu desenho, mas como o Largo é utilizado.



Isso posto, eu já vou concluir, a análise foi baseada em quais eram os aspectos da obra do Largo do Arouche que sofreriam intervenção. Tínhamos as calçadas, o pavimento, inclusive, da área do leito carroçável, onde passam os carros, ainda que seja fechado, o mercado de flores, a massa arbórea, a permeabilidade dos canteiros e o desenho dos canteiros ajardinados, a inserção de quatro quiosques nessa região aqui - eu já vou falar o que são os quatro quiosques -, a acessibilidade do Largo do Arouche e a iluminação.

Foram essas as sete dimensões técnicas que estavam sujeitas à intervenção por parte do projeto. Tudo que eu estou falando não é segredo, está documentado em parecer, em documentos públicos. O que estou falando, na verdade, só transmito o que já está registrado. Todos podem ter acesso.

As calçadas são talvez o único elemento que tecnicamente, além do mercado de flores, justificava uma intervenção, na medida em que essas calçadas não estão plenamente adequadas à acessibilidade. Eu vim de bicicleta e vi que há trechos na calçada que não tem rampa de acessibilidade. No pavimento há trechos desnivelados. Nem todas as pessoas têm condições de mobilidade plena para conseguir circular sem dificuldades e sem risco.

Hoje a forma como é feita a organização dos espaços, em relação de pedestres e viários, tem uma preponderância dos carros nessas vias, que delimitam o Largo do Arouche. Isso, de alguma forma, tira a sua conexão com o comércio do entorno. Há sempre uma travessia do viário. Imagino que todas essas questões nós conseguimos perceber se a gente estiver aqui agora.

Havia, porém, outras questões como a massa arbórea, a permeabilidade, a iluminação que são, na verdade, assuntos de zeladoria podem ser melhorados. Não precisa tirar os postes de iluminação antigos que estão aí, desde 1930, porque afinal é só trocar a lâmpada, não o poste.

É preciso melhorar a iluminação não necessariamente alterar a configuração física que caracteriza esse espaço de forma especial em relação ao Estado de São Paulo, não em relação à Cidade ou ao bairro. Aquele é um espaço muito diferenciado, único do Estado de São

Paulo.

Por fim, os quatro quiosques estavam previstos para esse setor aqui, cujos canteiros, como vocês podem ver, seriam alterados para inserção de quatro funções: um quiosque para a Polícia; um quiosque denominado LGBT; um de banheiro, e outro quiosque de função jardinagem, com uma horta comunitária prevista.

Quando se produz novas intervenções no espaço é preciso antecipar, essa é a função do técnico, quais os eventuais fatores negativos podem decorrer dessas novas inserções.

O que são quiosques? São estruturas móveis, que poderiam ser eventualmente removidas, mas eles ficam fechados durante determinado período necessariamente. Não vão funcionar 24 horas, mas precisam atender as suas funções. O da Polícia, por exemplo, não pode ter três metros quadrados de área, porque podemos imaginar a inviabilidade para polícia operar dentro desse quiosque. Há necessidade, portanto, de um laudo técnico da Polícia que cite se atende às necessidades da operação.

Da mesma forma, o quiosque LGBT precisa que se determine quem seria o usuário e o servidor público para ficar lá de forma permanente, também a sua manutenção. São elementos que têm que ser analisados tecnicamente, porém, se são pertinentes ou não da demanda pública não compete a nós, mas há necessidade de delimitar.

Depois de tudo isso é emitido um parecer técnico, em seguida levado ao Conselho que aprovou a obra. Só que esse parecer técnico também subsidiou a decisão do Judiciário que embargou as obras, por isso as obras estão hoje paradas.

Qual é a questão do Judiciário? Ele identifica também que há danos coletivos se essa obra continuar. Então se o projeto for adequado às diretrizes técnicas, que é tudo isso que eu estou falando, o projeto é passível de continuidade.

Esse é só um panorama, sei que eu falo muito “tecniquês”, mas eu queria explicar porque a gente vê tudo isso mediado pela imprensa, que tem a função de reportar, mas não faz, necessariamente, a análise técnica. É outro papel, não estou criticando imprensa, são

naturezas de trabalho distintas.

Eu queria trazer para vocês essas informações, porque eu acho fundamental que a comunidade, a população, as entidades e todas as pessoas entendam o que faz parte de um tombamento e o que implica na vida e no cotidiano para o poder público, para a sociedade, para a população, para as empresas, enfim para todos os que se apropriam e concorrem no espaço público.

Quero lembrar que o mercado de flores é um ponto fundamental. Na sua configuração arquitetônica de hoje, há grades nas três faces da fachada. Das quatro fachadas, três estão gradeadas. Em nenhum espaço público do mundo é algo que qualifica. Nenhum espaço público do mundo se qualifica por meio de grades, separação, de bloqueio visual de criação de muros, enfim zonas de sombra.

Se a gente tem de melhorar o Largo do Arouche deve ser na sua integração, porque hoje ele está segmentado, inclusive, na forma como se percebe que ele deve ser apropriado socialmente.

Esse é um discurso fundamentalmente técnico, não é uma questão subjetiva, não é terraplanismo. Isso é questão técnica de um ponto de vista a respeito de determinado patrimônio.

Eu só queria compartilhar o assunto. Desculpem se eu me estendi. Desculpem o “tecniquês”. Agradeço e me coloco à disposição, na medida em que também sou um técnico que está instruindo o processo de tombamento do Largo do Arouche, no Condephaat.

Muito obrigado. (Palmas)

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Em primeiro lugar queria agradecer a sua presença, que é muito importante.

Eu queria trazer informe para todos que a Comissão Direitos Humanos e o Coletivo Arouchianos entraram em contato, convidando as seguintes autoridades: Toninho Vespoli, Juliana Cardoso, Patrícia Bezerra, Celso Giannazi, Erica Malunguinho, Erika Hilton, Isa Penna, José Américo, Paulo Fiorilo, Professora Bebel, Alexandre Padilha, Sâmia Bomfim, o Promotor

Público Ivandil Dantas da Silva, que pediu para suspender as obras, chamamos também o Núcleo da Diversidade, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Até o momento, só tivemos a presença da Juliana Cardoso e do Suplicy.

Sobre a sua presença, nós do Coletivo Arouchianos, fomos o primeiro movimento da sociedade civil a ir ao órgão de patrimônio histórico e defender o nosso patrimônio LGBT imaterial, na história do órgão, do próprio Condephaat.

As informações que ele tá ele está trazendo, são informações cruciais para o convívio dentro da praça, que preserve o patrimônio histórico tombado pelo Conpresp e está em estudo pelo Condephaat.

Se você puder deixar um canal aberto ou do próprio Condephaat, para quem quiser entrar em contato com o Condephaat, obter informações para saber dessas coisas todas seria legal.

---

**O SR. TONY ZAGATO** - Só para reiterar, só lembrando os nomes, são caixinhas de letrinhas no serviço público: eu sou técnico, o departamento técnico do UPPH é a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico. O Condephaat propriamente dito é o Conselho.

Eu, como servidor público, técnico, estou à disposição. Não falo aqui, não posso não posso jamais falar nem pela Unidade institucionalmente, nem pelo Conselho, são instâncias distintas. Eu estou aqui como técnico mesmo.

Na medida do possível, como técnico sim, estou à disposição. O Conselho é outra instância, assim como a Secretaria da Cultura e por aí vai. Mas eu estou, realmente, à disposição do ponto de vista técnico, pelo menos.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. NOELIA PRESLEY** - Boa tarde a todas e todos.

Dando prosseguimento, vamos chamar o Carlos Henrique de Oliveira, que é do Coletivo Loka de Efavirenz.

**O SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA** - Boa tarde a todas, a todos e a todes.

Bem, eu sou do Coletivo Loka de Efavirenz, vim falar por ele, mas também sou da

Revolta da Lâmpada, componho atualmente as reuniões da Frente Parlamentar da LGBTI+, da Assembleia Legislativa de São Paulo, da Alesp.

Não vou ficar repetindo, porque já foi dito muita coisa importante, sobre o Largo do Arouche, mas eu gostaria de destacar o Largo do Arouche não só espaço de produção de cultura, mas também um espaço de produção de saúde da população LGBT.

Eu convivo há seis anos com o HIV, sou de um coletivo que trata sobre Aids, população LGBT e população negra, trabalho em hospital público, há muito tempo, eu vejo o Largo do Arouche como um espaço de produção de saúde. Não só por conta dos carrinhos de prevenção às DST-Aids, mas também por um espaço que, historicamente, se pôde falar sobre a saúde da população LGBT, se pôde falar sobre Aids.

É a terceira vez que eu venho aqui para falar sobre o assunto em praça pública, mas outras manas estão aí há muito tempo nessa estrada de direito social e direito à saúde LGBT.

Então, não se pode impedir que esse espaço de fomento da saúde mental da população LGBT, ou seja, as pessoas produzem cultura e assim elas produzem a própria saúde, tanto coletiva como individual. Não se pode proibir o espaço de sociabilidade das LGBTs, murar impedindo que essas populações estejam aqui, que a população negra que vem a periferia, assim como eu.

Adolescente, eu vinha para cá para viver a minha sexualidade. Eu vinha de Itaquera e de São Mateus que são os lugares onde eu sempre morei.

Então como que a gente proíbe essas pessoas de virem para cá, a partir do momento que a gente coloca esses tapumes, que a gente fala que aqui vai se transformar numa Paris - só que a gente não é parisiense, a gente é brasileiro. Fica claro que tudo isso vai fazendo com que a gente fique cada vez mais à margem e produza doença.

Fazer esse inventário público, esse orçamento público, esse orçamento participativo, do Largo do Arouche, assim como o tombamento do patrimônio histórico imaterial do Largo do Arouche, é de suma importância para toda a comunidade LGBTI+. Ele é um

fenômeno histórico, um fenômeno social, um fenômeno de saúde, como eu já expliquei. Então você precisa que essas coisas aconteçam logo, porque não dá para a gente continuar nem com essa destruição da praça que está sendo feita e também não dá para continuar com um setor privado ditando os nossos espaços, os nossos direitos fazendo com que cada vez mais as gays, as travestis, as sapatões, todas tenham de gastar, todas tenham de consumir, para conseguir estar em espaços seguros, sendo que um espaço público em que nós nos agrupemos e nos ajudemos pode substituir o consumo, sem sombra de dúvida. Eu não tenho dúvidas sobre isso.

Então, eu saúdo todos e todas que estão aqui. Saúdo a Comissão de Direitos Humanos, o Vereador Suplicy e o Coletivo Arouchianos, que faz um trabalho de resistência importantíssimo nessa região, fomentando as nossas vidas LGBTI+ e de pessoas pobres. Elas importam. Estar aqui todo domingo é uma prova disso, que o Coletivo Arouchianos nos traz.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. HELCIO DE SOUZA BEUCLAIR** – Bem, vou fazer uma fala bem rápida, com uma sugestão, já, para a Comissão de Direitos Humanos, para a Casa Legislativa, para a Câmara de Vereadores. A sugestão que foi discutida dentro de assembleia aberta do coletivo, dentro da própria frente composta pelo Instituto Pólis, pela Repep, pelo Coletivo Arouchianos e pelo antropólogo Bruno Puccinelli, é que seja feito um documento dessa comissão. Além de divulgado no próprio *Diário Oficial*, que seja encaminhado e juntado ao processo junto ao Ministério Público, com o promotor que pediu suspensão da obra, para que a juíza saiba dessa audiência pública, para que a juíza que mandou suspender saiba quais são as demandas que estão surgindo por meio dessa audiência pública.

Eu gostaria de pedir a todos, todas e todes que trouxessem suas falas, também, com sugestões do que vocês desejam, assim, para a praça. É importante dizer, também, que o Coletivo Arouchianos... Aí, já entra na fala sobre o coletivo. Ele está no Largo do Arouche há três anos. Foi idealizado por mim e fundado em 3 de abril de 2016 pelo conjunto de militantes Ro Drag, Lucas Killer e Catrevosa, que está doente e não pode estar aqui, hoje. Mandou um

beijo para todas, todos e todes.

Esse fundamento tem três objetivos muito claros. O primeiro é garantir a visibilidade da ocupação histórica LGBT na região do Largo do Arouche e, atrelado a essa visibilidade, garantir a ocupação desta comunidade, aqui. Outro objetivo é que nós queremos que tudo que seja produzido por arte e cultura tenha a devida visibilidade, seja incentivado, seja fomentado.

Para vocês terem uma ideia, a noite, que nós conhecemos como “noite LGBT paulistana”, tem como núcleo esta região. Aqui, por exemplo, na Rua Marquês de Itu, em que havia uma boate chamada “Homo Sapiens”, onde hoje é o ABC Bailão, foi um ponto de resistência homossexual na época da ditadura civil-militar. As bichas eram retiradas à força da Homo Sapiens. Eram presas por vadiagem, por pederastia. O próprio Bruno Puccinelli trouxe a Operação Tarântula, que foi denunciada no jornal *O Lampião*, do qual João Silvério Trevisan fez parte. Compôs esse jornal de resistência à ditadura civil-militar.

A Renata Peron foi atacada na República e perdeu um dos rins, no ataque transfóbico por parte de neonazistas. Houve, também, o assassinato de uma *gay*, de cujo nome não me lembro. Quem me ajuda a lembrar? Na República... Eu também me esqueci do nome da bicha. Edson? Edson Neri foi assassinado na República. Muito obrigado, Dimitri.

Nós temos um bar antigo na Vieira de Carvalho, o Caneca de Prata, que hoje está sob a direção do Cícero, que foi convidado, também, para estar aqui, no “rolê”. Então, temos as melhores saunas. Nós temos bares e uma pizzaria, ali, na Bento Freitas, que é de donos *gays*. Nós temos motéis, bordéis. Ai, que louca! Ia falar da cabine. Vou falar da cabine, também, que é importante. É um inferno gostoso. Isso tudo, gente, tem valor econômico. Tem valor histórico. Tem valor cultural e social.

Eu queria deixar, para encerrar a minha fala, uma coisa muito simples para todos vocês, que estão me ouvindo, agora: se nós não lutarmos pelo Largo do Arouche como território LGBT reconhecido pelo Estado, nós não vamos avançar nas políticas públicas LGBT. Nós precisamos de algo físico – e algo físico nós já temos: a praça e a região do Largo do Arouche.

Se lutamos por essa região, Nova Iorque tem o seu bairro LGBT, nas redondezas da Rua Christopher. São Francisco tem o seu bairro LGBT, nas redondezas da Rua Castro. Foi o Cônsul-Geral da França quem fez a articulação para transformar essa região na Pequena Paris. Paris tem um bairro LGBT, que é o Marais. Israel tem um bairro LGBT, em Tel Aviv. Por que São Paulo, que tem a maior Parada do Orgulho LGBT do mundo, não tem um bairro LGBT reconhecido pelo Município, minimamente? O que está incluso, por trás disso tudo?

Aí, fica a pergunta: por que a Associação da Parada do Orgulho LGBT, que foi convidada, não está presente em uma audiência como esta e, ainda pior, apoiou o Projeto Boulevard Francês na época do Doria – e, agora, do Bruno Covas? Por quê? A Associação da Parada do Orgulho LGBT e os movimentos sociais que são a favor desse projeto de afrancesar o Arouche podem aceitar migalhas caindo da mesa dos poderosos, mas nós, coletivo de bicha preta, de bicha parda e indígena, de bicha pobre, em situação de vulnerabilidade social, migrantes e imigrantes, trabalhadores e trabalhadoras do sexo, drogadas, alcoólatras, bêbadas, não aceitamos migalhas que caem de cima do babado. Inspira-nos a revolta de Stonewall. (Palmas)

Quem fez a revolta de Stonewall? Nosso Stonewall é o Largo do Arouche. Não foram as bichas engravatadas, as bichas higienizadas. Foram as bichas como as do Arouche, que estão aqui todos os dias. Tem bicha que chega aqui na quinta-feira e só sai na segunda-feira, mas ela não faz isso porque ela é vagabunda. Ela faz isso porque é necessário fazer, porque na casa dela existe um sistema de opressão que a impede de ser quem é, porque na casa dela ela está passando por problema de depressão e ela precisa ter esse lugar como ilha de esperança. E você, viado higienizado, que vem para a praça ou que fica do seu apartamento xingando as bichas que estão aqui, fazendo – entre aspas, na visão de vocês – arruaça, humanize-se! Se você tem hoje políticas públicas e militância LGBT é por conta dessas bichas que ficam no asfalto, no chão da praça. Quem fez a revolta de Stonewall não foram as higienizadas, as academizadas. Foram as bichas putas.

Durante a Parada do Orgulho LGBT, comemorou-se a revolta de Stonewall, mas,



ao microfone, a Presidenta da Parada não lembrou os nomes de duas personagens extremamente importantes. Nós vamos fazer o papel da APOGLBT. Quando eu falar o nome dessa primeira, se você sentir no seu coração, grite: “Presente!” Na segunda, grite, também: “Presente!”

Marsha P. Johnson!

- Manifestação do público.

**O SR. HELCIO DE SOUZA BEUCLAIR** – Sylvia Rivera!

- Manifestação do público.

**O SR. HELCIO DE SOUZA BEUCLAIR** – Foram essas duas trans que botaram fogo no bar de Stonewall. Foram essas duas trans que, com o peito sangrando, enfrentaram e deram surra na polícia de Nova Iorque, onde começou o babado todo.

Então, viado, presta atenção. Associação da Parada, cúpula do comércio LGBT, coletivos, organizações, por favor, parem de ser racistas, classistas, transfóbicos. Enxergue essa região, que é o núcleo para você ser quem é hoje, como algo de valor, porque você, sem sua história, não tem futuro.

É isso. (Palmas)

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Muito obrigada, querido.

**A SRA. NOELIA PRESLEY** – Bom, pessoal, depois dessa fala, agora, vamos ouvir o Sr. Marcos Alexandre, representando o Mercado de Flores. Queremos saber a importância dele e o que ele acha dessa privatização. (Palmas)

**O SR. MARCOS ALEXANDRE** – Vamos lá. Muito obrigado, Helcio. Olhem, depois do Helcio, é difícil falar. Acho que não fica fácil para ninguém, não é? Mas, vamos lá!

Boa tarde a todos. Meu nome é Marcos Alexandre. Eu estou aqui, no Arouche, desde criança. Minha família está aqui já há 92 anos. Desde 1927, comercializamos flores aqui. Eu sou a terceira geração. Acho que o Largo do Arouche sempre foi conhecido como um dos locais mais democráticos do Brasil, da América do Sul, do mundo afora. Acho que sempre foi muito bacana a convivência entre as pessoas.

Eu costumo dizer que o Largo do Arouche é uma cidade do interior dentro do coração da cidade de São Paulo, porque os comércios já estão aqui há muitos anos. Vemos o Casserole desde 1953, as floriculturas desde 1927, o Gato que Ri desde 1950, o San Raphael já há 70 anos, aí, também, o San Michel e os outros que foram vindo, depois, como o Tasca e o Vovô Ali. Todo mundo se conversa. Todo mundo se cumprimenta. Então, é um ambiente bem bacana.

O que eu quero falar aqui, hoje, é que muito me entristece quando vemos um Largo do Arouche muito dividido, um Largo do Arouche que não tem o mesmo contexto. O Largo do Arouche é muito grande. O Largo do Arouche começa aqui, na Vieira de Carvalho, e termina lá, do outro lado do viaduto, quase próximo da Santa Cecília. Então, o Largo do Arouche é imenso e, quando vemos uma reforma que só mexe em um pedaço do Largo do Arouche, acabamos criando dois largos do Arouche: o Largo do Arouche novo e o Largo do Arouche velho, ou o Largo do Arouche reformado e o não reformado.

Por muitas vezes, durante todo esse período de estudo e de reforma, eu fui ao Condephaat. Durante duas ou três sessões, tentei me inscrever para falar e conversar sobre o projeto. Estive junto do Greg, o arquiteto da Triptyque, que foi o arquiteto que cedeu o projeto para a Prefeitura. O projeto é uma coisa, assim... Meio que não sabemos o que vai acontecer com ele. Por quê? O projeto inicial era só a reforma desse pedaço, aqui, do Largo do Arouche, em volta do Mercado de Flores. Entretanto, o prédio do Mercado de Flores, em si, também não está nessa primeira fase e pode ser que venha para uma segunda fase que ninguém sabe se vai acontecer, que não tem data para começar, nem aprovação, nem caixa para isso. Então, é uma coisa que não sabemos se vai ocorrer ou não. O outro lado do Largo do Arouche, então, nem previsibilidade tem, nem estudo para tal tem.

Então, é uma coisa que fica muito... É uma incógnita e as transformações que o projeto traz para o Largo do Arouche, na minha visão de comerciante, são um pouco difíceis de serem aceitas. Você fala para mim, assim: “No meu caminho de ir para casa, eu tenho três farmácias. Duas não têm um local para estacionar e uma tem. Eu vou parar em qual? Eu vou

parar na que tem um lugar para estacionar.” Então, a retirada das vagas de estacionamento, principalmente no perímetro dessa via, aqui, da Academia Paulista de Letras, reduz a facilidade de as pessoas frequentarem o Largo do Arouche.

Está certo que hoje em dia existem vários projetos da cidade sem carro, mas sabemos que isso ainda não está habitual na vida do paulistano. Como comerciante de flores, noto que o cara que vem comprar flores geralmente está indo para um encontro, ou para um jantar, ou para uma maternidade. Para ele levar as flores, o transporte público, às vezes, não é o mais adequado. Ele é obrigado a ir de Uber, ou ele é obrigado a estar com o seu próprio automóvel, ou pegar um táxi, para conduzir as flores até a pessoa presenteada, até o encontro dela.

Então, eu vejo que o transporte público não é uma das mil maravilhas do mundo. Todo mundo sabe disso. Ele tem um monte de dificuldade. Quem depende do transporte público no dia a dia sabe que, às vezes, você não consegue nem entrar. Agora, você imagine entrar com um buquê de flores, com uma planta, com uma orquídea ou alguma coisa você queira levar. É praticamente inviável.

Essas são minhas reivindicações. Eu acredito que isso se propague dentro da cabeça de vocês. Eu falo com o coração muito aberto, com o coração estendido para todos, porque eu sempre sobrevivi daqui. Minha vida sempre foi, todos os dias, vir ao Largo do Arouche e aprender a conviver com todos os tipos de pessoa, o que eu acho que é muito importante. Acho que ninguém, aqui, é melhor do que ninguém. Acho que todos têm o seu peso, da sua característica, e eu gostaria que todos entendessem a minha preocupação. Que vocês propaguem as coisas que eu falei por aí. Eu acho que, sozinho, ninguém consegue fazer nada, mas, a partir do momento em que todo mundo começa a falar a mesma linguagem e ter as mesmas ideias, podemos mudar alguma coisa neste mundo.

Agradeço a atenção de vocês e estamos aí. Quem precisar de flores sabe que estamos ali para atender.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. HELCIO DE SOUZA BEUCLAIR** – Obrigado. Valeu, *man*. Deixem-me só falar uma coisa para vocês. É bem rápido. São três segundos.

Ali, naquela entrada do tapume, havia as duas imagens, dos patrocinadores, o antes e o depois da tal revitalização do Arouche. Porém, nas imagens não havia nenhum negro. Não havia nenhuma travesti. Não havia nenhum cachorro. Não havia nenhuma *gay*, nenhuma sapatão, nenhum homem trans. Não tinha comunidade LGBT representada no babado.

Aí, o pessoal do Coletivo Casadalapa, que é responsável por estas fotos, aqui, ficaram dois meses conosco, no Arouche, registrando a cara da galera do Arouche, esta ocupação contemporânea. Houve essa exposição como um dos resultados. Como segundo resultado, nós estamos inaugurando esse babado, que vai girar pela Cidade com a cara das bichas do Arouche. Inclusive, aquela porta, onde tem duas bichas se beijando, o André e o Tom, foi arrancada por um LGBT-fóbico. A foto em que havia uma trans foi arrancada. A foto que tinha duas mulheres lésbicas foi arrancada.

O terceiro resultado desse trabalho do Casadalapa é um livro que vai ser lançado nas próximas semanas. Então, eu queria uma salva de palmas. (Palmas) Vamos inaugurar, oficialmente, essa faixa linda, com uma mulher transexual, travesti, e o marido dela, uma bicha não binária, duas *gays* pretas se pegando, mais uma mulher transexual, mais duas bichas maravilhosas nordestinas se pegando ali, no “rolê”, também. Essa é a cara do Arouche. Aceita ou surta. Está bem?

**A SRA. NOELIA PRESLEY** – Obrigada, querido. Vamos escutar, agora, o Bruno Puccinelli, antropólogo, por favor.

**O SR. BRUNO PUCCINELLI** – Eu vou falar de novo porque eu falo bastante, mas eu vou ser um pouquinho mais propositivo e vou falar no sentido de, inclusive, chamar vocês, que ainda estão aqui, ouvindo e participando, a nos ajudar a pensar em que melhorias podemos fazer para a praça, pensando em futuro, não só pensando nas críticas que já temos a esse projeto que está parado – e está devidamente parado –, mas pensando, daqui, o que é

que fazemos.

Queria só chamar a atenção para algumas coisas que temos de levar em consideração, do que eu falei e do que muita gente já falou, que temos um processo que tem se intensificado, de repressão das pessoas que estão aqui. Quando o Doria assumiu, houve um monte de situações de repressão da polícia que ficava aqui, em relação às pessoas que frequentavam essa região.

Então, uma das coisas sobre a qual eu acho que temos de ficar batendo na tecla o tempo todo é: que base comunitária e que polícia comunitária queremos aqui, para a praça? Que diálogo vamos ter com as forças policiais que vão ficar aqui – ou que se pretende que haja aqui? Elas vão dialogar com as pessoas que estão aqui ou, em algum momento, elas vão reprimir as pessoas que estão aqui?

Algumas das coisas que têm sido levantadas, inclusive, como necessárias no projeto e de que algumas pessoas já falaram... Eu acho até que foi muito bom que o cara do Mercado das Flores falou, também, porque, visualmente, quando olhamos para o Mercado das Flores, ele é uma coisa muito esquisita, não é? Atualmente, ele é muito estranho, para não falar “um tanto feio”. Isso é porque não tem tido manutenção ou mudança da estrutura do mercado, mesmo, mas, para além disso, o mercado, as paredes e a estrutura, como ele está pensando em estrutura física, mesmo... Tem sido utilizado como banheiro pelas pessoas que frequentam ou pelas pessoas que moram na rua.

Historicamente, muito tempo atrás, havia um banheiro aqui, no Largo do Arouche, que foi demolido em uma intervenção muito mais antiga. Nunca mais houve banheiro nessa região. Historicamente, a Municipalidade tem uma política de tirar banheiro público da cidade, está tendo a reforma do Anhangabaú, tinha um banheiro público lá que estava fechado há muito tempo e eu duvido que a reforma no Anhangabaú vai recolocar os banheiros públicos. Embaixo do Theatro Municipal tinham banheiros públicos que estão fechados, aqui tem uma frequência de pessoas e tem moradores de rua que precisam usar banheiro público, não tem banheiro público. Qualquer pessoa que passar por aqui vai falar que é desagradável o cheiro

de fezes, de urina, mas qual é a política para que a gente possa mudar isso sem ser uma política de expulsão das pessoas que estão aqui? Vai ter banheiro público? Como vai ter banheiro público? Vai ter banheiro público nos lugares que as pessoas já usam como banheiro público? Como é que a gente vai fazer isso?

Para finalizar, algumas pessoas já falaram, mas acho importante, inclusive se vocês quiserem dar uma volta para ter isso visualizado, o Largo do Arouche não é só aqui onde está tendo intervenção. O Largo do Arouche começa naquela rotatória, vai, desce, tem um monumento que fica na frente do Cine Arouche, que está completamente ignorado. Lá embaixo tem outra área ampla, mais aberta que vai até o Minhocão e que está completamente ignorado porque essa reforma está fazendo repartir a praça, ignorar o desenho histórico que tem mais de cem anos nesse lugar e está só privilegiando esse lugar e ignorando todo o resto que também é patrimônio, todo o resto que também faz parte do Largo do Arouche.

Algumas pessoas, quando eu falei um pouco da audiência pública, prontamente já se dispuseram contrários à coisa do reconhecimento, não sei o quê, e acionaram uma certa ideia de gueto como, se quando as bichas, as LGBT, se juntam para discutir um espaço que historicamente tem sido de apropriação delas e se junta porque é que elas não estão sendo acionadas, escutadas. A gente quer transformar em gueto, como se a gente quisesse transformar esse lugar aqui num lugar que só viado pudesse passar. O que a gente justamente está discutindo é a participação pública e a possibilidade das pessoas que já estão aqui continuarem circulando aqui e qualquer outra pessoa que quiser também.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Querido muito obrigado pelas suas palavras. Agora vamos escutar o lushy, produtor cultural.

- Exposição em língua estrangeira.

**O SR. IUSHI** – Estou muito nervoso porque é a primeira vez que estou falando em português em público. Eu não falo português, peço desculpas porque o meu português é muito

primitivo. Sou luchi, sou da Turquia, de Istambul, cresci lá, mas morei em Berlim por 32 anos, na Alemanha, agora moro aqui em São Paulo. Faço parte de um coletivo, num espaço que se chama Esponja, aqui no Largo do Arouche. Meu primeiro apartamento em São Paulo era no prédio do Cine Arouche, em 2012, nessa época eu conheci o Largo e eu me apaixonei por São Paulo porque essa presença da vida LGBT não existe no mundo que eu conheci até agora. Tem bairros gays em Berlim, mas essa mistura de trans, com bicha, com lésbica, com jovem, com velho por um período de 50, 60 anos eu não conheci, eu fiquei muito apaixonado e eu estou feliz em fazer parte desse coletivo abrindo um espaço aqui. Nosso espaço se chama Esponja, não se refere à esponja de limpeza, mas se refere ao organismo, a esponja que cresce no mar, que tira alimento e material para construir uma estrutura viva para apoiar a vida dela e do mar, do ambiente e do meio. A esponja sente as correntes, as alimentações, o material para construir a estrutura e com isso a gente quer trabalhar com o meio que nos cerca aqui no Largo, na cidade, na região. A gente quer juntar forças e construir uma colaboração, consideradas difíceis, improváveis, mas a gente acha possível para enfrentar as ameaças mundiais para as nossas vidas, para as formas de vida fora do padrão no mundo inteiro.

No assunto concreto da declaração do Largo do Arouche como território LGBT a gente tem várias propostas e, como eu falei para o Helcio várias vezes, poderíamos oferecer o nosso espaço para encontros dos (ininteligível) interessem por desenvolver projetos, tipo mensal, ou se alguém precisa de um lugar para fazer reuniões mais fechadas do que na praça, mas as reuniões melhores acontecem aqui na praça, mas, às vezes, tem coisas mais concentradas tipo grupos, *workshop*, são sempre bem-vindos. A gente está tentando iniciar um projeto de história oral gravando entrevistas com pessoas que moram aqui na rua, ou nos prédios, quem cria a vida do Largo, os vendedores de flores, os donos de restaurantes, as pessoas que usam o espaço de qualquer jeito e queremos lançar um projeto de caminhadas com pessoas com conhecimento do patrimônio LGBT, que é mais da região, tipo uma vez por semana fazer uma caminhada de duas horas, explicando com era nos anos 50, 60. Idealmente pensar em desenvolver um projeto para ter um centro, idealmente um prédio inteiro, para

apoiar a convivência aqui para celebrar a nossa vida LGBT nesse lugar.

Espero que eu tenha podido explicar um pouco nosso espaço, nosso projeto. Quero fechar com um grande elogio para os ativistas arochianos e LGBT ontem, hoje e para sempre vão ficar.

Obrigado.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Muito obrigado, querido.

**A SRA. PALOMA** – O objetivo dessa audiência é garantir direitos a todas as pessoas. Nós não fomos convidados em nenhum momento para discutir sobre essa obra. Então, vimos que essa obra não vai garantir direitos a todas as pessoas e que ela tem um objetivo de excluir minorias aqui presentes. Aqui há interesses, não só comercial, mas de acolhimento e também há entidades que aqui fazem um trabalho bonito. A Secretaria de Saúde e os postos não fazem. Elas fazem prevenção, testagem, dão resultado, fazem acolhimento e encaminham as pessoas para que possivelmente ela possam se tratar, ou tendo uma atenção especial que os postos não dão. Uma das instituições que agora vai falar é o Instituto Cultural Barong, representado pela Sra. Margarete e tem alguns agentes que vieram com ela. Uma salva de palmas.

- Palmas.

**A SRA. MARGARETE** – O Instituto Cultural Barong existe há 23 anos e nós fazemos com a Van, que está ali estacionada, as testagens para as quatro sorologias, encaminhamos, acolhemos, mandamos para os serviços. O Elton, que está aqui ao meu lado, é o nosso vinculador, também vai dar uma palavrinha.

Nós fazemos a testagem sextas e sábados e fizemos questão de vir hoje para apoiar todo esse movimento que está acontecendo aqui no dia de hoje. Como a Paloma diz não é possível essa política de exclusão. O Barong está aqui, representado por nós, para apoiar todos os colegas que já falaram e contem conosco para o que for preciso. Vamos engajar essa luta.

**O SR. ELTON** – Boa noite a todos e todas. É importante estarem todos aqui



exatamente como a Paloma e Margarete acabaram de dizer. Nós temos de ter uma política de inclusão e não de exclusão. A partir do momento que se junta toda a população aqui, seja ONG, serviço de saúde e a população, que é a população que frequenta o Largo do Arouche, então, todos unidos a nossa voz fica mais forte. Acho que é isso que precisa nesse momento. Juntar todos e ter uma política de inclusão e não de exclusão.

**A SRA. NOELIA PRESLEY** – Quero chamar uma militante, Mariana, do PT.

**A SRA. MARIANA** – Boa tarde. Meu nome é Mariana, sou militante do PT, mas eu também sou socióloga e hoje quero falar muito mais como uma socióloga que está num espaço público, diante de um problema, do que como uma militante de um partido político. Eu fui em alguma medida provocada pela fala do arquiteto, eu não sei se ele está aqui ainda, mas enfim. No ponto em que ele menciona e reitera que o corpo técnico está isento de responsabilidade política. Eu sei que essa é uma questão que talvez não dependa muito dele, mas todos nós temos responsabilidade sobre os nossos atos. Cito um exemplo, a pessoa estuda a ponto de saber produzir uma bomba, será que ela está isenta da responsabilidade de matar pessoas também? Acho que não. Existe uma consciência do que se produz e que deve ser recuperada por todos nós.

Porque é que eu estou falando isso? Uma coisa que me chama a atenção é que o problema que a praça está enfrentando atinge muitas pessoas que tem sido da verticalização das decisões públicas. Isso passa pela arquitetura. Por exemplo, por que não há espaços de sociabilidade, as praças não são espaço para a sociabilidade, elas são muito mais espaços para fluxos, não existem bancos circulares em que as pessoas possam sentar umas de frente para as outras e se relacionarem. E aí quando não há um convite da cidade à interação o que temos é a fragmentação das pessoas em nichos e isso acaba fomentando a violência, o não respeito à autoridade, então, eu gostaria que o Antônio respondesse se há possibilidade, desde que haja uma concordância popular com relação a esse tema, se há possibilidade de produção de espaços de sociabilidade mais circulares em que as pessoas possam se relacionar. Não só a do Arouche, acho que a do Arouche é a pauta, mas de pensar uma cidade que promova

encontros em vez de somente fluxos para consumo.

**A SRA. NOELIA PRESLEY** – Encerramos a audiência pública de hoje, mas antes tem a palavra o Sr. Helcio.

**O SR. HELCIO DE SOUZA BEUCLAIR** – A audiência pública feita pela Câmara Municipal para quem chegou agora ou está chegando foi um fato histórico na história do Brasil. Vocês que estão aqui participaram dessa história. Está registrado. Viveram essa história. Pela primeira vez na história do Brasil uma Câmara Municipal faz uma audiência pública, num espaço para discutir a territorialidade, o território, a possibilidade de território como patrimônio LGBT, então, é histórico. Uma salva de palmas para vocês. Lembrem-se disso, está nos Anais da história. (Palmas). Outra coisa que quero deixar claro, nós aqui no Largo do Arouche entendemos que a Polícia Milita e a Guarda Civil Metropolitana são parte do Estado, correto. E dentro do Largo do Arouche temos exemplos de bons policiais que utilizam a farda de forma comunitária, respeitosa, respeitando a identidade gênero, travestis, mulheres transexuais e homens trans, a orientação sexual da galera. Preciso falar o nome desses caras: cabo Américo, cabo Almeida, esses dois principalmente, mas nós temos oito policiais que atuam dentro da região que nós tememos não voltarem para cá e vir para cá um policial bandido, que utiliza a farda da Polícia Militar para reprimir a comunidade LGBT.

No dia 05/10/2017 o policial, cabo Almeida, prendeu cerca de doze travestis na República acusando de se prostituírem em via pública. O Suplicy nos atendeu na Comissão de Direitos Humanos, fizemos um chamamento através do babado da Nicolle Mahier, mas ele continua ativo. Esse não representa a Polícia Militar, não representa o Estado Democrático de Direito, esse envergonha a democracia, envergonha o Estado, envergonha a mim e a vocês como cidadãos. Quem diz amém bate palma. (Palmas)

Para encerrar, de fato, vai acontecer agora: partida de queimada, apresentações artísticas, vai ter bate-cú, vai ter muito fervo, vai ter salto alto e quem quiser participar fique no rolê e ajude a contribuir com esse babado, nessa ocupação histórica. Largo do Arouche hoje e sempre LGBT. Obrigado.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Temos também um *e-mail* da Comissão de Direitos Humanos que vocês podem ver as sugestões para essa audiência: [dehumanos@saopaulo.sp.leg.br](mailto:dehumanos@saopaulo.sp.leg.br). Enviem sugestões.

**A SRA. NOELIA PRESLEY** – Estão encerrados os nossos trabalhos.